

# Paisagens camponesas em transformação

Claudenir Fávero

*A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza (SANTOS, 2008, p. 103).*

**A**s paisagens são moldadas pelas inter-relações dos componentes biofísicos da natureza com as ações humanas. O mosaico de paisagens encontrado em todas as regiões brasileiras é a expressão da diversidade de ambientes naturais associada à sociodiversidade historicamente presente em cada território que as constitui. Desde os primórdios da ocupação, os povos originários foram se estabelecendo nos diferentes ambientes, interagindo com o meio e conformando as paisagens.

A chegada, no Brasil, das culturas europeias e africanas, a partir do século 16, imprimiu uma nova dinâmica territorial, reconfigurando as paisagens e ampliando a diversidade de expressões camponesas. Mesmo com a predominância dos latifúndios, as paisagens camponesas sempre estiveram presentes em todas as regiões do Brasil. No entanto, foi a partir da industrialização brasileira, no século 20, e da incorporação de máquinas, equipamentos e insumos industrializados aos processos produtivos da agricultura, com apoio e fomento de programas e políticas públicas, que as paisagens rurais sofreram profundas transformações, tornando-se homogêneas pela implantação dos monocultivos e a produção em escala.

Esse processo de homogeneização das paisagens brasileiras se intensificou nas décadas recentes, com o alicerçamento de boa parte do equilíbrio da balança comercial brasileira na exportação de alguns produtos agrícolas produzidos em larga escala (DELGADO, 2010). Soma-se a isso a investida do capital financeiro nacional e internacional na exploração das riquezas naturais brasileiras, como a biodiversidade, as jazidas minerais, os combustíveis fósseis e o potencial energético, aliada à lógica da preservação/compensação ambiental que muitas vezes separa e exclui o ser humano da natureza, tornando-a, no final das contas, uma reserva de recursos a serem explorados futuramente.

Como se não bastassem as políticas macroeconômicas que privilegiam as grandes corporações transnacionais, ainda prevalece em ambientes institucionais de gestão pública do meio ambiente a concepção de preservação da natureza dissociada do ser humano, sob a ótica do *mito moderno da natureza intocada* (DIEGUES, 1996). A partir dessa concepção, são estabelecidas políticas e normas no sentido de impor restri-

ções às atividades tradicionais, desconsiderando e excluindo, socialmente, o papel dos saberes camponeses na conservação da biodiversidade. Em contraposição, as iniciativas e organização dos camponeses demonstram ser possível a conciliação entre produção econômica e conservação ambiental.

**As persistências e resistências dos camponeses, povos e comunidades tradicionais têm impulsionado disputas pela apropriação e retomada de territórios e pela reconformação das paisagens em todas as regiões brasileiras. A manutenção e a reprodução das formas ancestrais de ocupação/produção do espaço; o reconhecimento e a revalorização dos saberes tradicionais associados ao uso, ao manejo e à conservação da biodiversidade; a implantação, o fortalecimento e o aprimoramento de sistemas agroecológicos; e as estratégias de organização e luta têm sido fundamentais nesse processo.**

Os artigos deste número de *Agriculturas* trazem exemplos e reflexões sobre essas dinâmicas de reconstrução de paisagens camponesas. No artigo *Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens* (p. 7), são descritas e analisadas as diferentes paisagens que compõem o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; a conformação das mesmas pela presença histórica de diversas expressões de povos e comunidades tradicionais camponesas; e as transformações nelas impressas, a partir das décadas de 1960/70, com o advento dos megaprojetos de monocultivos de eucalipto, hidroelétricas e mineração,

que contaram com o apoio e fomento estatal, e, mais recentemente, com a implantação de unidades de conservação de proteção integral, promovendo expropriação de territórios tradicionais camponeses. Os autores retratam, também, como as comunidades camponesas – por meio de suas estratégias de organização, suas formas de convivência com as condições e diversidades ambientais, seus sistemas diversificados de produção e comercialização, ancorados nos saberes tradicionais e nos princípios da Agroecologia – têm travado uma disputa constante pela manutenção de seus territórios e seus modos de vida frente à homogeneização empresarial das paisagens.

No artigo *Verde e negro: cores de uma paisagem quilombola* (p.16), é demonstrado como a projeção no tempo e no espaço das relações socioculturais conformam a paisagem característica e a territorialização da comunidade quilombola de São Pedro de Cima, município de Divino, na Zona da Mata de Minas Gerais. O texto aborda como se dão as resistências quilombolas à lógica urbana de produção e consumo e ao uso de insumos industrializados, contrapondo-se à padronização da paisagem pelos monocultivos de café ao manter os sistemas de produção diversificados e moldados historicamente pelos saberes e modos de vida tradicionais. Esses agroecossistemas diversificados se tornaram fundamentais enquanto *locus* das percepções sobre os processos de transição agroecológica e de metodologias utilizadas nos *Intercâmbios de Saberes e Sabores* realizados na comunidade.

O artigo *Cooperação comunitária: enfrentando ameaças econômicas e institucionais em Chiapas, México* (p. 22) relata a experiência da comunidade de camponeses Terra e Liberdade, no município de Villaflores. Segundo os autores, o modo de vida da comunidade sofreu com os impactos do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, na sigla em inglês), com as quedas drásticas nos preços de comercialização do milho e com a criação de uma Reserva da Biosfera em *Sierra Madre de Chiapas*, cuja zona de amortecimento abrangeu todo o território comunal, impondo fortes limitações aos usos tradicionais da terra, como a

proibição do uso do fogo e da extração de produtos florestais. Diante desse cenário adverso, foi desenvolvido um projeto participativo, visando à melhoria das estruturas organizacionais locais e à criação de mecanismos de tomada de decisão coletiva. O projeto contou com assessoria e apoio financeiro externos, mas, sobretudo, com organização, liderança e coesão social internas. Ao adotar processos democráticos de tomada de decisão em nível local, sistemas novos e sustentáveis de uso da terra foram desenvolvidos, levando a fontes mais seguras de renda, ao fortalecimento da comunidade e a uma reavaliação, pela mesma, da importância da floresta em sua paisagem agrícola.

Nessa mesma linha de argumentação, o artigo *Cooperativas territoriais criam novas trajetórias para o desenvolvimento rural do norte da Frísia* (p. 27) aborda a resistência e a luta de agricultores, produtores de leite, pela manutenção e conservação das florestas do norte da Frísia, na Holanda, que historicamente foram mantidas por meio do uso coletivo. Após sofrerem restrições e imposições de políticas públicas destinadas a combater os efeitos da chuva ácida e da lixiviação de nitrogênio em reservas naturais, os agricultores se organizaram em cooperativas territoriais e convenceram o governo a conceder isenções de vários regulamentos asfixiantes e a fazer acordos visando à utilização e ao desenvolvimento de manejos tradicionais de manejo das paisagens. Segundo os autores, os caminhos trilhados pelas cooperativas, empregando técnicas baseadas no conhecimento tradicional em interação com pesquisas científicas, ganharam tamanha importância que a cooperativa assumiu um papel educativo, organizando regularmente visitas guiadas e apresentações. O governo holandês reconheceu a singularidade das florestas do norte da Frísia, declarando-as, recentemente, como uma paisagem nacional.

Já no artigo *As paisagens dos ervais no Planalto Norte Catarinense e a conservação dos remanescentes florestais* (p. 32), são realizadas reflexões sobre a histórica presença humana, sobretudo de povos indígenas, na conformação das paisagens da região da Floresta de Araucária no Planalto Norte Catarinense. Os autores se debruçaram sobre como o manejo tradicional agroextrativista, especialmente em relação à erva-mate, tem garantido a conservação dos remanescentes florestais e toda sua biodiversidade em contraposição à expansão dos ervais implantados em sistemas monoculturais e dependentes de insumos industrializados. Revelam, também, a flagrante contradição da legislação ambiental que, ao colocar restrições ao manejo e à extração da erva-mate nos remanescentes florestais, correm o risco de levar à diminuição do número de indivíduos dessa espécie em tais ambientes.

## **Experiências existentes em todas as regiões brasileiras têm dado demonstrações de como os sistemas de produção implantados e/ou conduzidos segundo os princípios agroecológicos propiciam dinâmicas de desenvolvimento que conciliam conservação ambiental, geração de renda, segurança e soberania alimentar e nutricional.**

No artigo *Quando a paisagem diversifica, o prato fica colorido* (p. 37), é relatado como, na Zona da Mata de Minas Gerais, as paisagens homogeneizadas pelo monocultivo de café com a incorporação do pacote tecnológico da Revolução Verde, a partir dos anos de 1960, foram transformadas pela transição agroecológica e a adoção de sistemas diversificados, notadamente, os sistemas agroflorestais. As autoras demonstram que tal transformação contribuiu para a soberania e segurança alimentar e a melhoria nas condições de vida das famílias agricultoras. Destacam, também, a importância, na transição agroecológica, da autonomia das famílias em relação à posse da terra e do olhar sobre os sistemas agroalimentares, constituída por todos os recursos alimentares presentes e culturalmente aceitos como alimento.

Por fim, o artigo *Sepam: uma herança mundial de paisagens agrícolas notáveis* (p. 41) traz uma boa notícia: a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) criou uma iniciativa visando proteger e apoiar os chamados *Sistemas Engenhosos do Patrimônio Agrícola Mundial* (Sepam). Segundo os autores, o objetivo é estabelecer as bases para o reconhecimento internacional desses sistemas, enfatizando a importância de sua conservação dinâmica e do manejo adaptativo da biodiversidade agrícola associada. No texto, os Sepam são descritos enquanto sistemas assentados nos conhecimentos tradicionais e na riqueza da biodiversidade, destacando o seu papel para a garantia da segurança alimentar e dos meios de vida de populações rurais, bem como para a preservação dos recursos naturais do planeta. São citados e descritos como exemplos: a *Agricultura Chilote*, praticada há centenas de anos no Chile; a *Rota Cusco-Puno*, na região andina do Peru; a *Terra Preta*, abordando a gestão engenhosa dos solos por povos indígenas da Amazônia; e os *Chinampas do México*, sistemas de policultivo nos pântanos dos lagos localizados ao sul do Vale Central do México. Os autores relacionam, ainda, os riscos e ameaças enfrentados pelos Sepam em todo o mundo em função das políticas que promovem a homogeneização das paisagens e o uso de insumos industrializados, ocasionando a desterritorialização dos espaços agrários pelo capital financeiro por meio das empresas nacionais e transnacionais e seus megaprojetos. Nesse contexto, as resistências camponesas são apontadas como respostas que lançam mão de diversas estratégias produtivas e organizativas, bem como acionam mecanismos sociais de recampesinização de territórios e desenvolvimento territorial com identidade cultural.

**Enquanto expressões da ação humana projetadas no espaço, as paisagens revelam as opções, contradições e disputas que deixam marcas nos territórios. Frequentemente, as ações estatais no sentido do ordenamento e/ou reordenamento territorial têm favorecido a exploração das riquezas naturais pelo capital financeiro, industrial e agrário, nacional e internacional, levando à degradação e à homogeneização das paisagens em detrimento**

**da manutenção, reprodução e melhoria dos modos de vida de camponeses, povos e comunidades tradicionais. No Brasil, é evidente o dilaceramento ambiental, social e econômico provocado por essa opção. Por outro lado, as experiências em Agroecologia, que partem dos saberes e fazeres ancestrais e incorporam as inter-relações ser humano-natureza existentes nas formas tradicionais de vida, promovem as resistências territoriais, mantendo ou reconformando as paisagens camponesas e apontando os caminhos da sustentabilidade que serão mais facilmente trilhados se houver mudanças e redirecionamentos nas ações e estruturas do Estado.**

**Claudenir Fávero**

Professor do Departamento de Agronomia e coordenador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
parana@ufvjm.edu.br

---

#### Referências bibliográficas:

---

DELGADO, G.C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p.111-125, 2010.

DIEGUES, A.C. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA, L.C.; VIOLA, E. (Orgs.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: UNICAMP, 1996. p.279-313.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 384p.